

# OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

## INFORME BRASIL Nº 373

Período: 17/04/2010 – 23/04/2010

**GEDES – Brasil**

- 1- Analistas discutem a revisão da Lei de Anistia
- 2- Brasil e Turquia acreditam no diálogo com o Irã para acordo com o ocidente
- 3- Arquivos do antigo Departamento de Comunicação Social revela práticas irregulares
- 4- Guerrilha do Araguaia leva Brasil para o banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos

### 1- Analistas discutem a revisão da Lei de Anistia

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou no dia 17/04/10 dois artigos contendo opiniões divergentes sobre a revisão da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aprovada durante o governo do presidente João Figueiredo em 1979, tal lei concede anistia aos indivíduos que cometeram crimes políticos ou conexos entre 02/09/1961 e 15/08/1979. Dalmo de Abreu Dalarri, Pierpaolo Cruz Bottini e Igor Tamasauskas posicionaram-se favoravelmente à revisão da lei, argumentando que os atos cometidos por agentes do regime militar não podem ser considerados crimes políticos (definidos como “delitos praticados contra a ordem estabelecida, com finalidade ideológica” e que lesionam a organização vigente do Estado) nem conexos (conceituados como aqueles crimes “praticados pelas mesmas pessoas, ou com a mesma finalidade, ou se os delitos são praticados no mesmo contexto de tempo e de lugar e a prova de um deles interfere na prova do outro”). Na opinião dos juristas, os atos de tortura cometidos por agentes da repressão não ocorreram no momento do crime político, mas foram ações planejadas, regulares, sistemáticas, não havendo simultaneidade de ações entre crimes políticos e atos de tortura. Sendo assim, os atos praticados pelos agentes de repressão são crimes comuns que não comportam a anistia. De acordo com os autores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação dos Juízes pela Democracia, “que postulam no STF a interpretação restritiva da Lei de Anistia, não buscam punição, vingança ou revanche (...). Buscam apenas o reconhecimento histórico de que a sociedade brasileira jamais compactuou com as práticas de um regime que limitou criminosamente a oposição e a liberdade de expressão”. Por outro lado, Luiz Flávio Borges D’Urso, advogado criminalista e presidente da seccional paulista da OAB, posicionou-se contra a revisão do documento, argumentando que “A lei [de Anistia] ajudou a apaziguar e a ordenar um país conturbado e dividido entre a violência dos agentes públicos civis e militares (tortura, estupro, assassinatos) e a exercida por militantes de esquerda, que confrontavam o regime (terrorismo, assalto, seqüestro)”. Segundo D’Urso, “a Lei de Anistia não extinguirá a polêmica sobre a violação dos direitos humanos no Brasil, mas pode reavivar um debate sempre importante – o de que a conquista de cada direito abre campo para a declaração de novos direitos, em benefício de toda a humanidade”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 17/04/10).

2- Brasil e Turquia acreditam no diálogo com o Irã para acordo com o ocidente

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que Brasil e Turquia posicionaram-se como mediadores na questão que envolve o programa nuclear iraniano e as acusações de membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) de que o país busca desenvolver tecnologia nuclear para fins bélicos. Os governos brasileiro e turco tentam apaziguar as posições dos membros do Conselho, especialmente os Estados Unidos, que nos últimos meses aumentaram as pressões para a imposição de sanções econômicas mais pesadas ao Irã. De acordo com os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e da Turquia, Ahmet Davutoglu, as sanções não seriam eficazes e um acordo que forneça garantias de que o programa nuclear iraniano não é utilizado para obtenção de armamento nuclear é, sim, possível. Os dois países defendem a “proposta da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de troca de urânio iraniano com baixo enriquecimento por combustível para o reator médico de Teerã”. Porém, ao contrário da Turquia, o Brasil, segundo Amorim, irá aplicar as sanções caso estas sejam aprovadas pelo Conselho de Segurança, apesar de não concordar com sua eficácia. Amorim afirmou que ““O que vai acontecer é que, ou as sanções serão tão fracas que não terão nenhum efeito, e o Irã continuará convivendo com elas – como tem feito com as (retaliações) unilaterais aplicadas–, ou vão ser tão duras que atingirão a população mais pobre, mais vulnerável (...) Ao contrário de enfraquecer as pessoas que estão no poder, (as sanções) fortalecem. A prática histórica mostra isso”. Brasil e Turquia ocupam atualmente cadeiras rotativas no Conselho de Segurança e portanto terão que se posicionar caso o órgão decida votar uma resolução para impor sanções ao Irã. Na Cúpula de Segurança Nuclear, encontro promovido pelos EUA dias 12 e 13/04/10, o presidente norte-americano Barack Obama não concordou em esperar um diálogo mais profícuo entre Brasil-Turquia e Irã. Este último não participou da conferência e iniciou dia 17/04/10, na capital iraniana, uma versão paralela do encontro, defendendo o desarmamento das potências atômicas. A Conferência Internacional para o Desarmamento e Não-Proliferação organizada pelo Irã tem como slogan “energia nuclear para todos, armas nucleares para ninguém” e visa pressionar as potências declaradamente atômicas a se desarmarem e defender o direito dos demais países desenvolverem energia nuclear dentro dos termos acordados no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). O Brasil participará do evento em Teerã sem dar ênfase demasiada no encontro e conta com o embaixador Antonio Luiz Spílona Salgado como representante do país. De acordo com os jornais, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião com o presidente do Líbano, Michael Suleiman, reiterou sua confiança no governo iraniano, porém acredita que falta transparência no programa nuclear iraniano, o que se torna um empecilho para a resolução pacífica da questão. Sendo assim, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, viajará para Turquia, Rússia e Irã para “amadurecer toda essa discussão” antes da visita do presidente Lula ao Irã, programada para o dia 15/05/10. O objetivo é discutir todas as possibilidades para que possa haver um acordo entre o governo de Teerã e a AIEA. O ministro brasileiro pretende persuadir o governo da Rússia a recuar da decisão de sancionar o Irã, uma vez que tem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU e por isso poderia barrar tal iniciativa. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/04/10; Folha de S. Paulo

– Mundo – 23/04/10; Jornal do Brasil – Internacional – 23/04/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/04/10).

### 3- Arquivos do antigo Departamento de Comunicação Social revela práticas irregulares

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Carlos Bacellar, coordenador do Arquivo Público de São Paulo, afirmou que a maioria das práticas do Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil, que funcionou de 1983 a 1999 (período posterior à abertura política e à extinção de órgãos de repressão no país), eram ilegais. Instalado no centro da cidade de São Paulo, tal departamento era responsável por redigir dossiês sobre indivíduos considerados ‘perigosos e subversivos’. De acordo com Bacellar, o acompanhamento da sociedade civil era irregular. Práticas como fotografar, ler recortes jornais e acompanhar palestras eram comuns por parte dos funcionários do DCS. Os vigiados, em sua grande parte, eram artistas e muitas vezes não representavam nenhum perigo para a sociedade. Tais arquivos, que chegaram em 1999 no Arquivo Público, foram abertos somente na semana do dia 12/04. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 20/04/10)

### 4- Guerrilha do Araguaia leva Brasil para o banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias 20 e 21/05/10 o Brasil será julgado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por tortura, detenção e execução de 70 pessoas durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). A decisão que levou o Brasil a julgamento se baseia no fato do Estado nunca ter demonstrado motivação política para investigar e responsabilizar os agentes públicos envolvidos, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A defesa do Brasil será orientada pelo Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, os ministérios da Defesa e da Justiça e a Advocacia-Geral da União. Ainda sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia, a *Folha* informou que o ex-guerrilheiro João Carlos Campos Wisnesky aceitou cooperar com o grupo de buscas do Ministério da Defesa para encontrar as ossadas de 60 guerrilheiros desaparecidos nos combates. Wisnesky já havia dado informações ao Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), formado pelo Ministério em obediência à sentença proferida pela juíza federal Solange Salgado, que determinava a devolução dos restos mortais dos guerrilheiros às famílias. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/04/2010)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as

notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatoriodefesa@gedes.org.br](mailto:observatoriodefesa@gedes.org.br).

**\*\*\*Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, graduado em História)